

## NEM TOD@S SÃO IGUAIS: AS TIC, AS DESIGUALDADES DE GÊNERO E TECNOLÓGICA

## NOT EVERYONE IS EQUAL: THE ICT AND GENDER INEQUALITIES AND TECHNOLOGICAL

Célia Regina da Silva<sup>1</sup>

*Resumo:* Tendo como base quadro teórico que reconhece as relações de reciprocidade entre tecnologia e sociedade como condicionantes da mudança social, o presente artigo procura compreender, as complexas relações entre tecnologias da comunicação e informação (TIC) e relações de gênero, haja vista que as desigualdades de gênero e tecnológicas acentuam as assimetrias sociais das mulheres, sobretudo, em países emergentes. Chama-se atenção para o caráter *genderizado* do uso da tecnologia, em que relações sociais refletem desigualdades de gênero e assimetrias da sociedade em geral.

*Palavras chave:* TIC. Gênero. Desigualdade e racismo.

*Abstract:* Recognizing the reciprocal relationships between technology and society as a condition for the social changes, this article analyses the complex relationships between the information and communication technologies (ICT) and the gender relationships. I understand that the gender and technology inequalities accentuate the social asymmetries between women, especially in poor countries. I believe that the social relationshipss reflect the gender inequalities and the asymmetries of the contemporary society.

*Keywords:* ICT. Gender and inequality.

Para que nossos saberes e conhecimentos façam parte do acervo das sociedades da informação e do conhecimento, é fundamental que as mulheres estejam presentes nelas em um marco de igualdade e justiça de gênero.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Itabuna, Jornalista, Doutora em Comunicação (UMESP), Professora Adjunta. E-mail: celregis@gmail.com

(Carta de comunicadoras feministas latino-americanas, na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, 2005).

Somos todos/as *cyber*, isto é, corpo, cabeça, sentimentos, numa mistura híbrida. A tecnologia permeia tudo, tornando as pessoas meio humanas, meio máquinas, percebendo a realidade através do Windows e da nova lógica que rompeu limites. Tal quadro esconde propostas políticas de usar a tecnologia para criar novos temas que modifiquem pensamentos. As mulheres mais jovens sabem lidar com isso. Não se intimidam com a humilhação e o ridículo, rompendo estereótipos a respeito dos quais entendem que não são naturais nem eternos. Querem algo mais criativo, menos formal e são mais propensas a combater, menos a renunciar; querem ser livres, buscam sua própria identidade (GLÓRIA BONDER, 2001).

## I-TECNOLOGIA PARA QUEM?

As novas tecnologias da comunicação e da informação têm provocado transformações na estrutura organizacional da sociedade: na economia, na política, na vida social, na cultura. Na chamada sociedade do conhecimento, surgem novos paradigmas de aprendizagem, de conhecer, de decifrar, de aprender e ensinar, em mundo permeado pela magnitude das imagens e de produtos audiovisuais. Os mesmos resultam em representações, em mensagens que vão ser decodificadas, assimiladas e transformadas em um novo código visual. Todo esse processo incide na remodelagem de práticas cognitivas e comunicacionais, se configurando no que está sendo considerado “um novo estado da cultura”.

Desse modo, a investigação sobre fenômenos comunicacionais, a partir do modo de recepção, produção e distribuição de conteúdos, pode contribuir para o mapeamento sobre a situação social e a inclusão digital das mulheres. Em tempos de globalização e de revolução tecnológica, o mundo está dividido, não apenas por conflitos étnicos ou políticos, mas também pelo *apartheid digital*, que separa nações inteiras. Vivemos em mundo que oscila entre os benefícios trazidos pela arquitetura descentralizada da internet, onde a produção da informação é feita por muitos públicos, mas que também é embalada por mercantilismo hostil e desenfreado, como afirma Dênis de Moraes: “que remete ao questionamento do neoliberalismo e da ideologia mercantilista da globalização, bem como de denúncia de seus efeitos anti-sociais” (2007: 1).

No quadro de paradoxos que caracteriza o panorama político mundial, por um lado, há a concentração de riquezas e, por outro, movimentos de resistência, de grupos minoritários, que tentam demover as assimetrias acentuadas pelo processo de globalização econômica. Assim, a ênfase na participação econômica das mulheres é considerada fundamental para que haja a justiça de gênero. Isto, pois, levando-se em conta que tais mecanismos estão atrelados: a melhoria dos níveis de participação da mulher na economia e na educação pode ajudar na catalisação da inclusão digital.

Neste sentido, problematizar o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no combate às desigualdades de gênero na sociedade do conhecimento é o propósito deste ensaio. Para este fim, utilizo-me da experimentação de conexões entre os estudos das TIC e as teorias das relações de gênero.

## **II - DESIGUALDADE DE GÊNERO E APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA**

O surgimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) tem proporcionado a promoção de novas relações entre espaços e pessoas e, onde, a interatividade estabelece a quebra de barreiras entre públicos, fazendo com que receptores tornem-se sujeitos/emissores de conhecimento. Modelo distinto das formas anteriores de participação, quando a interação era praticada por meio de cartas, telefones, que não se compara à instantaneidade, à simultaneidade e a horizontalidade que os meios digitais proporcionam.

Em tese, as contribuições das mulheres e grupos minoritários costumam ficar à margem do modelo cultural hegemônico, nacional no país; não costumam ser vistas como representantes da cultura nacional. Panorama que vem apresentando mudanças, sobretudo com a chegada de alternativas tecnológicas que contrapõem a cultura hegemônica e enfatizam a cultura produzida no ambiente popular, opinião defendida por Anita Gurumurthy: “[...] dar acesso significa permitir a apropriação através de processos que (re)posicionam mulheres e outros grupos marginalizados, antes “usuários” passivos, agora co-criadores ativos da tecnologia, criando para ela novos significados e usos” (2008: 3).

As prerrogativas da autora enfatizam a necessidade de mudanças, de inserção e inclusão digital por intermédio da criação de políticas públicas específicas para a problemática de

gênero, de equidade das relações e, conseqüentemente, mobilidade feminina na sociedade rumo à inclusão social, diz ela:

Portanto, criar modelos capazes de atender às necessidades de uma maioria das mulheres nos países menos desenvolvidos requer que enxerguemos a conectividade como um catalisador da mudança nas instituições locais e nos sistemas sócio-econômicos, que leve à transformação e à mudança nas relações de poder (op. cit.: 4).

Proposição semelhante à de Graciela Selaimen (2005), que ressalta as TIC como instrumento para a transformação social, processo que visa para além do uso e acesso que, embora sejam primordiais, necessitam de outras iniciativas de fomento para desembocar em políticas públicas voltadas para o empoderamento e a cidadania das mulheres.

A inclusão social através do uso das TIC se dá quando são formados/as atores/as sociais que utilizam as TIC para promover a melhora da sua qualidade de vida e de suas comunidades; para expressar seus valores e culturas locais; para incidir nas dinâmicas políticas de sua comunidade, seu país e sua região; para lutar por direitos, protestar, fazer campanhas, denunciar delitos e injustiças – são incontáveis as possibilidades de uso cidadão das tecnologias de informação e comunicação. Isso não se consegue simplesmente abrindo as portas para o uso do computador e da Internet (SELAIMEN, 2005).

A autora aponta a educação como fator essencial, inicialmente na própria configuração das TIC, pois essas devem estar adequadas às demandas por transformação nas realidades sociais vividas por diferentes grupos na sua amplitude:

É necessário que a educação para a apropriação das TIC seja ampla e profunda o suficiente para despertar também o interesse pelo desenho e desenvolvimento dos softwares e ferramentas tecnológicas, de modo que mais e mais pessoas de diferentes grupos sociais, sexoi, raças e etnias, condições econômicas, capacidades físicas e mentais – entre outros elementos que compõem o que chamamos de diversidade - sejam capazes de interferir nos processos de desenvolvimento e produção de tecnologia e adequá-los a suas necessidades e visões de mundo (SELAIMEN, 2005).

### **III - FALAR E NOMEAR: a intersecção gênero e raça**

Racism is fundamentally a feminist issue because it is so interconnected with sexism oppression (BELL HOOKS, 2000).

A *interseccionalidade* é um conceito disponibilizado para análises ao longo do processo de preparação da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (ONU, 2001). Elaborado por Kimberlé Crenshaw no final da década de 80, do século XX, é uma ferramenta de análise que possibilita o entendimento sobre as conexões entre gênero e raça como fatores de subordinação. A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação.

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados às suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem, nacionalidade e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivas de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres (CRENSHAW, 2002: 173).

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (op. cit.: 177).

### III - A TECNOLOGIA NÃO É NEUTRA

Para estudiosas da questão de gênero e TIC, como Judy Wajcman (2008, p.1.), a tecnologia não deve ser tratada como neutra, pois há nela carga de materialidade que faz com que as relações sociais reflitam as assimetrias e desigualdades de gênero da sociedade em geral. A materialização de comportamentos da vida social no ambiente tecnológico pode ser

constatada em estudos como o Relatório “Porque eu sou uma Menina”, resultado de pesquisa realizada para o Instituto Internacional para os Direitos e Desenvolvimento da Criança e Adolescente (International Institute for Child Rights and Development - IICRD), por meio da Parceria para a Proteção da Criança e do Adolescente (Child Protection Partnership - CPP) e instituições brasileiras voltadas para a proteção da adolescência.

O objetivo foi analisar os direitos e a proteção de meninas e adolescentes, em que se constatou:

- ✓ A maioria das meninas nesta pesquisa possuía telefones celulares (86%) e usava a internet (82%);
- ✓ Que mais de 53% dos brasileiros (86 milhões de pessoas) acima dos 10 anos de idade possuem telefone celular, o que representa um crescimento de 54.9% (56 milhões) desde 2005;
- ✓ O número de pessoas acima dos 10 anos de idade que se conectaram a internet nos últimos três anos aumentou 75.3% indo para 56 milhões de usuários;
- ✓ O acesso à internet aumentou tanto para homens quanto para mulheres nos últimos três anos, de 21.9% para 35.8% entre os homens e de 20.1% para 33.9% entre as mulheres;
- ✓ Em 2008, 57.1% dos usuários conectaram-se internet de casa, enquanto que 32.5% das Lan Houses (Local Area Network – Internet cafés), e 31% dos computadores do trabalho;
- ✓ Em 2009, o Brasil tinha mais de 90.000 Lan Houses, representando aproximadamente metade de todo o acesso à internet;
- ✓ Entrar em contato ou se comunicar com amigos foi o principal motivo citado para utilizar o acesso à internet – 83.2% - seguido por entretenimento, com 68,6%, e objetivos educativos, com 65.9%. A educação caiu do primeiro para o terceiro lugar desde 2005.

O estudo apresenta um panorama sobre as vulnerabilidades a que estão expostas meninas e adolescentes moradoras das periferias de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro; constata-se que quanto maior o grau de conhecimento e conscientização sobre as TIC, maior o sentimento de segurança; e identifica semelhanças entre os comportamentos *on line* e *off line*.

No artigo a jornalista Vera Vieira aponta medidas de combate à exclusão digital feminina. São elas:

- ✓ Conscientização sobre as influências das TIC nos vários âmbitos da vida social;
- ✓ Visão ponderada sobre as TIC, não podem ser solução para todos os problemas, embora as mudanças ocorridas nos processos cognitivos;
- ✓ TIC podem ser usadas para exacerbar ou transformar as assimetrias de poder e discriminações;
- ✓ Compreensão sobre aspectos como gênero, raça e classe na produção de desigualdades no acesso às TIC, entre homens e mulheres, negros e brancos, países do Sul e do Norte, do campo e cidade, com ou sem conexão;
- ✓ Impulsionar a produção de ações educativas voltadas para a cidadania digital;
- ✓ Uso das TIC s para o empoderamento individual e coletivo em prol de uma sociedade equânime;
- ✓ Considerar as novas práticas sociais, modeladas pelas TIC, cuja influência recai sobre a produção de sentidos, de novas maneiras de ser, ver, sentir, aprender e ensinar, de estar, de novas relações espaço-temporais;
- ✓ Intercalar a área de educação com a de comunicação, visando unir teoria e prática, cujo vetor de modelagem são as TIC que operam em diversos campos: ciência, técnica, política e economia.

Com base nestas perspectivas, faz-se notória a necessidade de formação, de capacitação na obtenção de habilidades digitais que possam ser utilizadas em prol da cidadania digital.

Na sociedade digital, as desigualdades econômicas se fazem presentes ao lado da igualdade na produção de ideias e opiniões. Trata-se de um mundo de paradoxos, que possibilita a ascensão de grupos historicamente excluídos à produção do conhecimento, mas que ainda mantém índices muitos altos de exclusão feminina.

Dafne Plou ressalta a situação de desigualdade digital vivida pelas mulheres nas sociedades emergentes:

Sem dúvida o acesso das pessoas no mundo em vias de desenvolvimento continua marginalizado, devido aos altos custos da conexão (sem contar a falta de acesso em áreas rurais), o que resulta em uma exclusão do sistema global emergente construído em torno da informação e do conhecimento. As mulheres sofrem parcialmente

esta marginalização, haja vista que a maioria não conta com poder aquisitivo nem com acesso aos meios modernos de comunicação (PLOU, 2007: 47).

Para a autora, as relações de poder devem ser analisadas para que se tenha a dimensão das disparidades na relação das mulheres com as tecnologias da informação e do conhecimento. De antemão sabe-se que uma das causas da falta de acesso e de oportunidade das mulheres é ocasionada pela pobreza econômica, acentuada pelo baixo nível de escolaridade, de acesso e uso das tecnologias. As desigualdades econômicas restringem o acesso das mulheres às melhores condições de vida, a prática de seus direitos sociais, esse cerceamento reflete no acesso à educação e à produção de conhecimento, incidindo na brecha digital de gênero.

Postulado ratificado por Wood:

A dificuldade das mulheres para ter acesso às novas tecnologias da informação da comunicação envolve tanto o simples acesso aos equipamentos e programas como a necessidade de acessar os recursos significativos para a mulher (WOOD, 2005: 50).

Ela reitera que as mudanças deverão advir a partir de ações desenvolvidas por elas mesmas:

Os recursos para as mulheres, úteis e relevantes, não aparecerão a menos que sejam elas as que trabalhem para criá-los (geralmente em situações muito difíceis) (WOOD, 2005: 50).

O documento “Comunicación, organización y género - Ellas tienen la palabra” faz ênfase a questão da comunicação no pensamento feminista, uma forma de visibilidade dos projetos com viés e peso político, iniciados pelo movimento feminista no século XX, “entre los mayores logros de este movimiento consta el haber conseguido el reconocimiento de los derechos universales de las mujeres y la consecuente adopción de políticas públicas destinadas a asegurar su realización.” Para tanto, é feita a sugestão sobre a importância da construção de políticas e estratégias comunicativas voltadas para os interesses das mulheres. Haja vista que as desigualdades econômicas restringem o acesso das mulheres às melhores condições de vida, a prática de seus direitos sociais, esse cerceamento reflete no acesso à educação e a produção de conhecimento.

#### IV- PALAVRAS FINAIS

O surgimento de espaço alternativo virtual pode se contrapor à falta de aparecimento revelado em espaços midiáticos tradicionais, onde as mulheres negras e/ou mestiças não aparecem (invisibilidade) ou aparecem (visibilidade excludente) por meio de estereótipos e estigmas. O que pode culminar com a produção de outros discursos propagados no meio digital, fazendo surgir formas novas e igualitárias de distribuição dos saberes e do conhecimento. De forma que as mulheres possam ter participação efetiva no combate às desigualdades étnicas, de gênero e de classe.

A emergência de processos de efetivação democrática demanda mobilização da sociedade civil, que, juntamente com esferas estatais e privadas podem caminhar para a valorização da diversidade cultural. Uma cyberdemocracia com atuação direta na inter-relação entre o Estado e a sociedade civil, por intermédio de ações culturais, comunicação e tecnologia. O que pode refletir em outros campos importantes da sociedade. Estas alternativas de busca de informação, de conhecimento e, sobretudo, de se fazer, ver e ouvir são revolucionárias e essenciais na conquista da liberdade democrática. Esses novos modelos de participação, galgados na cultura da virtualidade, se apresentam como alicerces para outros modelos de reivindicação e participação política, modelados pelas TIC.

Desse modo, o estudo das TIC revela vinculação amalgâmica junto aos processos educativos. Participar da sociedade da informação é considerado um direito de todas as pessoas. No entanto, sabe-se que em países do sul global isso ainda não é feito de forma equânime. Para a diminuição desta brecha digital é notório o papel da escola. A velocidade das transformações técnicas não está sendo acompanhada pelas instituições educativas, pelos governos (políticas públicas), pelas universidades, por carecerem ainda de proposta cujo mote seja a reflexão sobre as assimetrias surgidas com a exclusão digital de mulheres negras e/ou mestiças.

Por fim, entendemos que as TIC têm papel preponderante, fundamental, na luta contra as desigualdades de gênero, tecnológicas e sociais. No entanto, como outros mecanismos de resistência política, precisa estar conjugado à educação, à mobilização e ao engajamento. Tais transformações cognitivas, culturais e sociais exigem o descentramento de poderes e, de saberes coloniais, sistematicamente galgados no patriarcalismo e na ausência feminina dos espa-

ços de poder. Para tanto, se faz necessário que o conhecimento e a tecnologia estejam, literalmente, disponíveis nas mãos das mulheres negras e /ou mestiças.

## REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v.10, n.1, p. 171- 188, 2002.

GURUMURTHY, Anita. Igualdade de gênero através do acesso às TIC e da sua apropriação. 2008. Disponível em <<http://www.genderit.org/es/content/igualdade-de-genero>>. Acesso em 21/01/2015.

MORAES, Dênis. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. Disponível em: <<http://www.eptic.com.br>>, vol. IX, n. 2, mai – ago 2007.

PLOU, Dafne. & VIEIRA, Vera. *Mulher e Tecnologia: a virtualidade como espaço transformador das relações de gênero*. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2007.

SELAIMEN, Graciela. Políticas públicas de inclusão digital e equidade de gênero – os hiatos e as pontes. 2005. Disponível em: <<http://www.genderit.org/es/node/>>. Acesso em: 21/01/2015.

VIEIRA, Vera. O que Tem a Ver Gênero com TIC (2011). Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br/Vera02.htm>>. Acesso em: 21/01/2015.

WAJCMAN, July. Continuidad y cambio. Género y culturas de la tecnología y el trabajo. Gender and the culture of corporations and work. Continuity and change. Disponível em: <<http://telos.fundaciontelefonica.com/telos/>>. Acesso em: 21/01/2015.

WOOD, Peregrine. Gênero e tecnologias da informação e da comunicação: em busca de um marco analítico. Disponível em: <<http://www.apc.org/es/system/files/gempt.pdf>>. Acesso em: 21/01/2015.

Recebido em: 21 de março de 2014.

Aceito em: 30 de abril de 2014.